

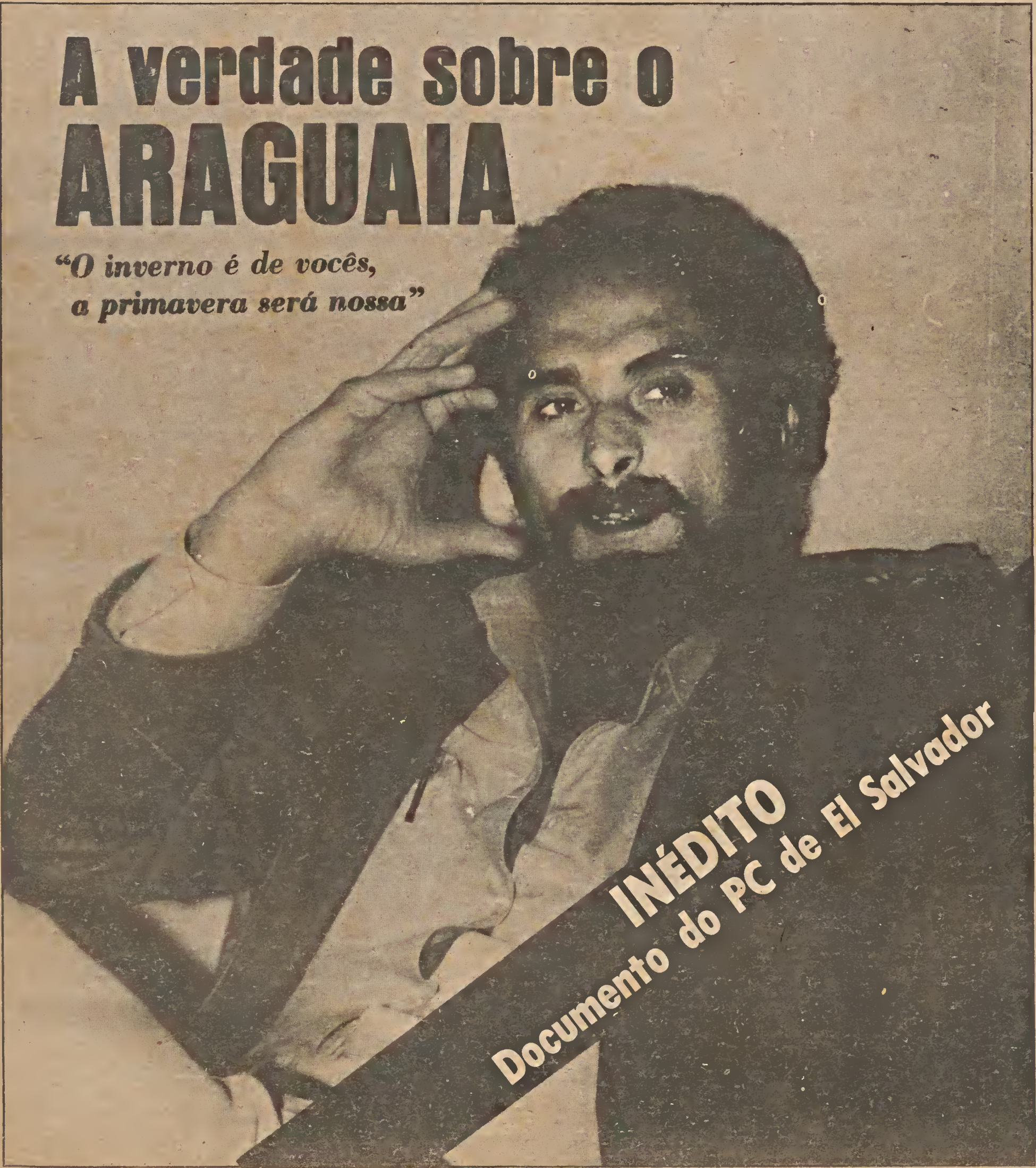
RESISTÊNCIA

01

Órgão Estadual de Divulgação da Resistência Oposição Estudantil.
CIRCULAÇÃO DIRIGIDA AOS ESTUDANTES

A verdade sobre o ARAGUAIA

*“O inverno é de vocês,
a primavera será nossa”*



INÉDITO
Documento do PC de El Salvador

"DO RIO QUE TUDO ARRASTA, SE DIZ VIOLENTO; MAS NÃO SE DIZ VIOLENTAS AS MARGENS QUE O COMPRIMEM" B. Brecht

As palavras acima foram pronunciadas a cerca de 50 anos. No entanto, o tempo não apagou as verdades nelas contidas. Sempre que os explorados expressam seu sofrimento, as classes dominantes as acusam de violentos para esconder a violência com que exercem seu poder político e econômico.

Os acontecimentos de São Paulo, no início do mês de Abril, ilustram com clareza esta realidade. Naqueles dois dias que abalaram São Paulo, não foram poucos os que se apressaram em qualificar as manifestações como obra de "baderneiros" comandados por minorias radicais.

O general Figueiredo, os comandantes militares e os políticos do regime acusaram organizações de esquerda e exigiram a manutenção da ordem a qualquer preço, ou seja: a repressão nas ruas para massacrar os que passam fome. Após alguma vacilação, foram prontamente atendidos pelo governador Franco Montoro. Mesmo alguns setores ditos "de esquerda" fizeram coro para defender, com toda a hipocrisia necessária, esta tão falada "ordem". O jornal "Hora do Povo", órgão oficial da conciliação e com uma política cada vez mais direitista, acusou os manifestantes de "terroristas"; João Amazonas, mais precavido, limitou-se a dizer que seus adeptos procuraram conter a multidão formando, inclusive, cordões de isolamento para a proteção das lojas.

Mas, afinal, que ordem é essa que os governadores da oposição conciliadora tanto querem defender? Será que os trabalhadores e o povo tem interesse em que

esta ordem seja mantida a qualquer custo? A ordem que tanto querem seja respeitada, é preciso dizer claramente, é aquela que protege um regime militar e um Estado Burguês monomolista. É a ordem da fome, do desespero e da prostituição. É a ordem imposta pela lei anti-greve, pela Lei de Segurança Nacional, por toda a legislação arbitrária e pelo aparato repressivo. É a ordem que mantém impune os verdadeiros terroristas (vide Rio Centro) e os autores dos escândalos do tipo Capemi, Delfin, Baumgarten e outros. Enfim, é a ordem da exploração e opressão para assegurar o privilégio de uma minoria.

É contra esta ordem que se revoltam e lutam os trabalhadores e o povo. E se esta revolta espontaneamente se transforma em ações de saque para satisfazer suas necessidades, é aos causadores da miséria, da crise econômica vigente em nosso país, que devemos atribuir a responsabilidade. Mais, é preciso dizer aos trabalhadores e aos desempregados que esta ordem não pode ser mantida e é fundamental que joguemos nossas forças no sentido de contribuir para a organização deste tipo de movimento para que a luta alcance o máximo de consequência.

Esta é a grande lição que deve ser extraída dos acontecimentos de São Paulo. As massas exploradoras, quando jogadas no desemprego e na miséria, saem às ruas, ainda que sem um rumo certo, para expressar seu descontentamento. A oposição conseqüente e comprometida com a derrubada do regime militar, ao invés de caçar bruxas e procurar bodes expiató-

rios, cabe a grandiosa tarefa de organizá-las e indicar o caminho a ser percorrido para que a vontade coletiva de milhões de trabalhadores faça ruir de uma vez as margens opressoras.

Após o número experimental de Abril, RESISTÊNCIA começa a estruturar o projeto do jornal em bases cada vez mais sólidas.

Amplia-se o número de pessoas interessadas em colaborar com o jornal — não apenas estudantes universitários, mas, também, secundaristas —; muitas idéias tem chegado até o Conselho Editorial, o projeto começa a revelar perspectivas não imaginadas e, sem dúvida, superará as expectativas iniciais.

Trata-se, agora, de ampliar a divulgação de "Resistência", organizar mais reuniões de discussão política em torno do jornal, ampliar o número de colaboradores nas cidades do interior, organizar promoções para a sustentação financeira, etc...

Tudo isso exige muito esforço e dedicação.

Saibamos ousar na implantação deste projeto, unificar nossa ação e avançar sempre.

Conselho Editorial

RESISTÊNCIA

é o órgão estadual de divulgação da oposição estudantil Resistência.

Circulação dirigida aos estudantes
Periodicidade - mensal
Tiragem desta edição - 3000 exemplares

RESPONSÁVEIS:

Cláudio Ritter Alves - Pres.
DCE de Santa Maria
Gérson Madruga da Silva - Pres. DCE U.F. Pelotas
Ricardo Marquez Almeida - Sec. Geral DCE U.C. Pelotas
Carlos Umberto Delevati - Pres. DCE de Bagé
José Eduardo Utzig - Vice-pres. UEEYRS



13 de maio LIBERDADE PELA METADE

13 de Maio é a data comemorada pela historiografia oficial como significativa da "libertação dos escravos". Todavia, esta história não está bem contada.

Na verdade, a abolição da escravatura implicou na inserção da força de trabalho escrava no mercado capitalista, fazendo com que os negros viessem a conhecer novos graus de exploração sob a racionalidade da acumulação do capital.

Os negros, incorporados à força no tripé da economia brasileira da época colonial — latifúndio, monocultura e escravismo — geraram a riqueza dos portugueses e dos europeus em geral que se beneficiavam do tráfico de escravos durante muito tempo.

O ato da Princesa Isabel, concretamente, significou uma adaptação necessária ao capitalismo emergente que precisava de uma mão de obra "livre" à disposição do trabalho nas

fábricas que se implantavam. É claro que existe uma diferença fundamental entre ser um trabalhador escravo, sujeito a todo o tipo de humilhação e obrigações absurdas diante de um "dono" e a existência do trabalhador assalariado, com algumas leis que regulamentam sua profissão e um espaço maior de integração social e organização política; mas, sem dúvida, a passagem para a servidão assalariada não significa mais que uma liberdade pela metade.

A verdadeira liberdade sempre foi tentada e os Quilombos dos Palmares estão aí para comprovar esta verdade histórica. Por estas e outras razões, o Movimento Negro Unificado não reconhece a data de 13 de Maio e levanta, hoje, de maneira integrada ao movimento popular mais geral, as bandeiras específicas de combate ao racismo e à discriminação ainda tão sentidas entre nós.

"A greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários, ensina a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária. Quando um patrão que acumulou milhões às custas do trabalho de várias gerações de operários não concede o mais modesto aumento de salário e, inclusive, tenta reduzi-lo ainda mais e, no caso de os operários oferecerem resistência, põe na rua milhares de famílias famintas, então os operários vêm com clareza que toda a classe capitalista é inimiga de toda a classe operária e que os operários só podem confiar em si mesmo e na sua união.

Mas a greve abre os olhos dos operários também no que se refere ao governo e às leis... Eclode uma greve, apresenta-se na fábrica o fiscal, o inspetor fabril, a polícia e, não raro, tropas, e então os operários percebem que infringiram a lei... O operário começa a entender que as leis são ditadas em benefício exclusivo dos ricos, que também os funcionários defendem os interesses dos ricos, que se tapa a boca do povo trabalhador e não se permite que ele exprima suas necessidades e que a classe operária deve necessariamente arrancar o direito de greve, o direito de participar numa assembleia popular representativa encarregada de promulgar leis e de velar por seus cumprimentos".

Lênin, "Sobre as Greves"

Uma greve tem o poder de desvendar, com extrema rapidez, o que se oculta por trás da ideologia e das relações que se estabelecem no sistema capitalista. É como se as águas negras de um rio se tornassem cristalinas a e demonstrar o lamaçal concentrado nas profundezas. Lênin, na citação acima, extraído de artigo "Sobre as Greves" escrito em 1899, nos fala de como uma greve ensina os operários, de como uma greve destrói de imediato as ilusões com o governo, as leis e os aparatos de segurança. Numa greve, os trabalhadores começam a ver que o Estado só entende os interesses dos capitalistas e que suas leis materializam este compromisso.

Lênin aponta ainda, no mesmo artigo, as limitações que as greves possuem visto que elas são "uma escola de guerra" onde se aprende a lutar contra o inimigo, mas não são ainda a própria guerra. A greve é um dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não é o único; e é preciso estar atento a todos os outros meios se não se quer atrasar o movimento. Ressalta, também, que as greves para terem maior possibilidade de vitória, necessitam que os próprios operários tenham um elevado nível de consciência e que os elementos conscientes sejam em grande número.

Uma greve de estudantes, sem dúvida, difere em muito de uma greve da classe operária. "Todas as rodas

Sobre a GREVE e suas Lições



detêm-se, se assim o quer teu braço vigoroso", diz sobre a classe operária uma canção dos trabalhadores alemães; frase que bem demonstra as dimensões e as conseqüências de ficarem os trabalhadores de braços cruzados. A classe operária parada significa a paralisação da produção capitalista. Por isso, as greves operárias lembram aos capitalistas o poder que possuem os trabalhadores unidos. E é exatamente por serem os produtores diretos, por desempenharem este papel essencial na produção capitalista, que a história lhes reservou a vanguarda na luta pela transformação social.

Já os estudantes, que em sua maioria são oriundos das camadas médias da população, não participam diretamente da produção. A paralisação de suas atividades, apesar da repercussão que pode adquirir, não ameaça a produção capitalista. No entanto, mesmo com estas diferenças fundamentais entre outras, uma greve estudantil pode se constituir num campo fértil de lições para os estudantes e para outros setores da população.

A greve dos estudantes da Universidade Federal de Pelotas, que já está se tornando história pela qualidade de suas mobilizações e pela longa duração (no momento de redação deste artigo, a greve já entrava no seu 53º dia), ainda mais um período de relativa calma no Movimento Estudantil, está sendo uma extraordinária experiência de luta para os colegas da UFPel e, também, para os professores e estudantes de todo o País. Seu significado extrapola em muito os muros da Universidade Federal de Pelotas. Não é a toa que a greve tem causado tanta polêmica na cidade e em todo o Rio Grande do Sul. É que ali se trava uma luta fundamental entre a política educacio-

nal do Regime Militar, que visa a elitizar ainda mais o ensino, e a obstinada resistência dos estudantes que lutam, assim como os professores, funcionários e trabalhadores, pelo ensino público e gratuito em todos os níveis. E, sem dúvida, o Movimento Estudantil será outro ao final desta batalha.

Independentemente do resultado final da greve, que em nosso entender dependerá do fôlego do movimento e de um significativo aumento da solidariedade (não apenas em moções, mas em ações concretas, das outras universidades do Estado e do País, somando a um apoio mais efetivo de toda a população.) este movimento deixará cravado na consciência dos estudantes ensinamentos que virão à tona em outros enfrentamentos, certamente mais fortes e decisivos. A comprovação disto fica clara, a nosso ver, se percebermos que os estudantes da UFPel suportam as conseqüências de uma paralisação tão longa já com base na experiência adquirida em duas greves anteriores e em inúmeras outras mobilizações.

Ao contrário do que dizem alguns, com o eterno argumento de que é preciso, "acumular forças" até que todos estejam conscientes, sem entender que a luta é o melhor meio de acumular alguma coisa e de conscientizar, o Movimento Estudantil também recupera a memória dos enfrentamentos anteriores e recolhe seus ensinamentos.

ENSINAMENTOS E SALDO POLITICO

Foi durante a greve que os estu-

dantes, mesmo aqueles que não participam do ME, clarearam sua concepção sobre a universidade e o papel do ensino, os verdadeiros interesses do Reitor, do MEC e do Governo. Viram com clareza a ligação que existe entre os cortes dos subsídios para o transporte e a implantação do ensino pago. Puderam observar e sentir como as forças da "segurança" agem para reprimir os que não se submetem ao arbítrio, pois quando formaram seus piquetes para garantir as decisões democráticas das Assembleias gerais lá esta-

vam os policiais e seus cacetetes para garantir a "ordem".

A própria participação nas assembleias deu a cada um uma nova noção de "democracia". Todos puderam romper definitivamente com o conceito liberal e reacionário de que "cada um deve ter liberdade de agir segundo os seus interesses"; "liberdade" esta que justifica o "furo" à greve da mesma forma como subcreve o direito à liberdade de explorar e de reprimir.

Todos compreendem, também que não se luta apenas pelo ensino público e gratuito, mas por um novo regime capaz de garantir este direito e de servir aos interesses da maioria oprimida. E, se na greve os estudantes detectam a presença de pelegos, aprendem a situá-los enquanto indivíduos que fizeram uma clara opção pelas classes dominantes, comprometimento ideológico do qual decorre sua traição nos movimentos reivindicatórios.

É preciso que as sementes que começam a brotar num inverno de lutas, encontrem espaço para florescer. A greve de Pelotas, sem dúvida, traz um novo ânimo e contribui decisivamente na construção deste espaço de liberdade.

Informes

- 1) O DCE de Santa Maria conquistou importante reivindicação no final de abril. Após a realização de uma ampla passeata e com uma atuação alternativa nos órgãos colegionados, o ME de Santa Maria, tendo à frente suas legítimas entidades de representação, garantiu a suplementação de verbas para os RUs até o final do semestre (os RUs estavam ameaçados de fechamento neste mês) e também a formação de uma comissão para o estudo da encampação dos RUs para o próximo ano.
- 2) A reitoria da UFSM continua, por outro lado,

com seu estilo fascista. Desta vez, foi aberto um inquérito administrativo para apurar a responsabilidade por certas pichações realizadas no campus da universidade. Não por coincidência os visados são exatamente o presidente da Casa do Estudante nº 2 e outra colega da direção da Casa; estudantes que têm se destacado na luta pela moradia.

- 3) Seminário Estadual da Resistência (2º encontro) já com data marcada para dias 20, 21 e 22 de maio em Pelotas. A pauta deste encontro que deverá contar com delegações de Porto Alegre, San-

ta Maria, Bagé, Passo Fundo, Cruz Alta e outras cidades é a seguinte:

- 1) Atuação nas entidades — avaliação, principais debilidades, vinculação com o movimento operário e popular;
- 2) Política Nacional — Atuação nos Partidos institucionais, Combate à conciliação, Constituinte, Frente democrática, Operária e Popular;
- 3) Tendência — Implantação no estado, jornal;
- 4) Movimento Feminista;
- 5) Partido e transformação social — Trotskismo, Stalinismo e Leninismo.

Dados Pessoais

José Genuíno Neto - cearense de Quixerambim, o mais velho dos 13 filhos de um lavrador.

Mudou-se para Fortaleza aos 14 anos tendo sido expulso do colégio por causa da política estudantil.

Presidente do DCE da UFCe e expulso da universidade pelo 477.

Mudou-se para São Paulo após o AI-5 e entrou para a diretoria da UNE juntamente com Jean Marc - banido - Elenira Rezende, Honesto Guimarães, Humberto Câmara, Gildo Macedo, todos mortos.

Em 1970, com 24 anos, Genuíno se transferiu para a localidade de Gameleira, sul do Pará, região do Araguaia.

Preso em 1972, permaneceu incomunicável por 13 meses. Só foi julgado em 1975.

Cumpriu cinco anos de pena em Brasília, São Paulo e Fortaleza.

Libertado em 1977 retomou as atividades políticas e se elegeu deputado federal pelo PT de São Paulo em 1982 com uma votação centrada no operariado de grande indústria.



INTRODUÇÃO:

Após sua participação no Araguaia, José Genuíno Neto cumpriu um papel fundamental na divulgação daquele movimento que permanece, até hoje, à margem da história oficial. Paralelamente à sua contribuição em várias reportagens e livros sobre o assunto, Genuíno iniciou um processo de avaliação crítica e auto-crítica sobre a Guerrilha.

Com esta postura, a qual certamente não agrada aos sectários que preferem canonizar o movimento sem uma avaliação séria e profunda sobre as razões que conduziram o Araguaia à derrota, Genuíno centra a discussão na política, desvendando as concepções de fundo que embasavam aquele movimento armado de resistência à ditadura militar.

Desta maneira, suas opiniões se inserem na perspectiva radical (porque toma as coisas pela raiz e não na superfície) que possuem todos aqueles que buscam na história os ensinamentos imprescindíveis à construção de uma nova sociedade.

Genuíno é um homem simples. A calma no falar e um sotaque inconfundível revelam o nordestino que mudou-se para São Paulo após ter sido expulso da Universidade do Ceará pelo decreto 477.

Hoje, aos 36 anos, que condensam as mais variadas experiências de luta política, Genuíno consegue associar à firmeza com que defende suas posições uma humildade que não deixa de impressionar. Ouvinte atento, "perguntador" incorrigível, Genuíno parece estar sempre pronto a discutir e a aprofundar as questões que se colocam.

No debate realizado em Santa Maria, numa promoção do DCE, quando mais de 300 pessoas se acotovelavam para ouvir suas explicações sobre o Araguaia, Genuíno respondeu a todas as perguntas sobre os mais variados temas, ouviu um apoiador da Tribuna Operária chamá-lo de "companheiro outrora combativo" e nem esboçou um sorriso complacente. Iniciou sua resposta dizendo que respeitava a todo militante que se dedicava à luta e que este era o único caminho para assegurar a discussão política e fugir aos rituais das seitas. Discutiu com to-

das as posições presentes e sua disposição parecia ser a de continuar discutindo madrugada a dentro.

* Mas chega de introdução, passemos logo à política.

Com a palavra, em entrevista exclusiva ao Jornal RESISTÊNCIA, José Genuíno Neto.

RESISTÊNCIA — Genuíno, você participou da Guerrilha, acreditou naquele movimento, foi preso e torturado, mas hoje tem uma outra posição sobre o assunto, qual é esta posição?

Genuíno — Em primeiro lugar, é preciso entender a época em que se deu a luta armada. Nós fomos deslocados aos poucos para o Araguaia, desde 1968. Eu fui para a região em 1970. Era época do "milagre brasileiro", momento da repressão mais violenta contra a esquerda e as oposições populares. O movimento oposicionista e a luta popular em geral encontrava-se em franco descenso: para o PCdoB, partido que organizou a guerrilha, entretanto, a avaliação não era esta. Tinha-se, então, a idéia de que o campesinato era a força política e quantitativa mais importante; e, notem, isto no exato momento em que o processo de industrialização concentrava de uma forma extraordinária milhares de operários nos grandes centros.

Além disso, possuía-se toda uma concepção que entendia o Brasil como um país semi-feudal, atrasado, no qual a luta a partir do campo, contra o latifúndio — entendido como representante das forças imperialistas — adquiria uma importância desmedida na análise que era, a meu ver, completamente equivocada.

RESISTÊNCIA — Mas o Partido não entendia esta "tática" como o caminho para a concretização da famosa aliança "operário-camponesa"?

Genuíno — Sim, mas veja que a tal da aliança proposta era, concretamente, a abstração da unidade de um grupo de revolucionários — éramos ao todo 69 companheiros — que atuavam na região com o Partido auto-denominado "da classe operária". Entendo que a aliança "operário-camponesa", tão necessária de ser concretizada, deve ser uma expressão orgânica de uma unidade na frente de massas; ou seja, o movimento camponês reconhecendo na classe operária a sua vanguarda. Ora, na época, no Araguaia, não existia movimento camponês. Hoje existe, sendo o local, inclusive, caracterizado pelos conflitos pela posse da terra; mas naquele tempo não havia absolutamente nada.

RESISTÊNCIA — Sendo assim, porque a escolha do Araguaia como local para a ação militar?

Genuíno — Hoje tenho claro que, pela análise da sociedade feita na época, não poderia haver local melhor. A região era, do ponto de vista geográfico e militar muito apropriada para a ação que se pretendia desenvolver. Uma região central, praticamente desprovida de qualquer controle repressivo, uma região onde qualquer um podia chegar e se instalar, sem despertar nenhuma atenção, isto sem

A Verdade sobre o

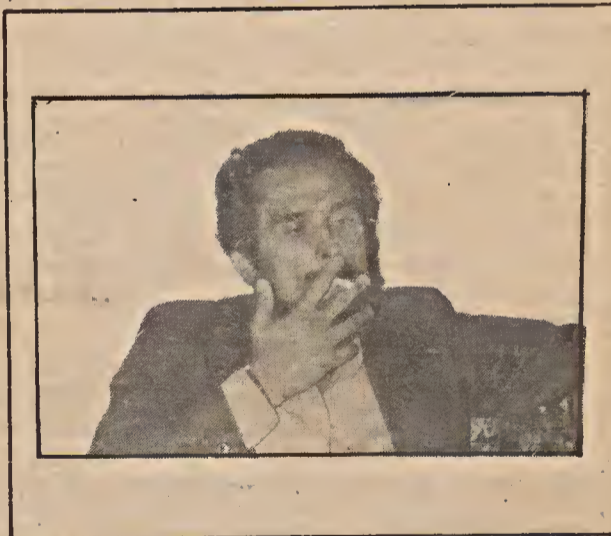
ARAGUAIA

falar na presença de uma mata ainda não explorada o que oferecia as condições ideais para refúgio, treinamento militar, etc... Mas é claro que estas questões técnicas, ainda que fundamentais, não poderiam se sobrepor à questão da política que orientava todo o projeto. E esta política não poderia conduzir à vitória porque, na prática, em que pese todas as palavras proferidas formalmente, o PCdoB menosprezou o papel da classe operária no processo revolucionário.

O APOIO DA MASSA CAMPONESA

RESISTÊNCIA — E ao fazer isso, adotou uma posição voluntarista?

Genuíno — Penso que o Partido acabou reproduzindo uma concepção "foquista" e, sem dúvida, voluntarista. Ou seja, pensou que bastava a formação de um "foco" de resistência armada para que isso pudesse "ganhar" o apoio ativo das massas; esta concepção é voluntarista porque, na verdade, busca substituir a ação própria das massas pela vontade revolucionária de um punhado de combatentes determinados a vencer. Note, por exemplo, que se adotou a priori uma forma de luta e, depois, se passou à tentativa de buscar o apoio a esta for-



ma de luta. Para mim, a vanguarda não cria a forma de luta; a vanguarda deve dar a condução política, propor uma condução. As formas de luta são criadas pelas próprias massas, caso contrário não é possível que sintam a luta como uma coisa sua. O que aconteceu no Araguaia foi exatamente isto. Os guerrilheiros tinham apoio, simpatia, da população; mas nossa luta não era a sua luta. Ou seja, este apoio era passivo.

RESISTÊNCIA — Mas a guerrilha não incorporou camponeses da região à luta armada?

Genuíno — Só incorporou quatro camponeses. E isto quem diz não sou eu, mas sim Ângelo Arroio, comandante chefe de toda a operação, morto na

chacina da Lapa, que, num extenso relatório já publicado em livro conta isto. E aí é importante ver como uma condução política errada leva a erros militares. Quando a guerrilha deflagrou a resistência armada éramos obrigados a buscar contato com a população no sentido de ganhá-la para aluta, mas ao fazermos isso, éramos obrigados a abandonar nossa posição na mata e nos expúnhamos à perseguição da repressão. Foi desta maneira que se deram muitas baixas entre os guerrilheiros.

RESISTÊNCIA — É importante aprofundar esta questão pois, hoje, aqueles que defendem o Araguaia sem uma avaliação crítica insistem na tese de que a guerrilha contava com amplo apoio popular...

Genuíno — É preciso ver a qualidade desse apoio. Os camponeses gostavam muito dos guerrilheiros pois durante todo o tempo de preparação estivemos com eles, alguns militantes realizaram partos, salvaram crianças, medicaram camponeses, etc... mas esta população não sabia da condição política dos militantes, éramos vistos como homens iguais a eles, camponeses simplesmente. Para se ter uma idéia deste fenômeno basta citar o caso de Oswaldão, que comandava o meu destacamento. Ele era verdadeiramente muito querido da população, tanto que os camponeses queriam que ele se candidatasse a vereador pela ARENA. Por aí dá pra se ver qual o nível de relação que se mantinha, basicamente de amizade, relação que não conseguiu se

elevar até à política, apesar de todos os esforços neste sentido. Outra questão importante nesta temática é a lembrança do documento básico que elaboramos na tentativa de mobilizar as massas da região. Este programa continha 27 pontos e todos eles estavam assentados em exigências específicas da população. O documento não aponta para a questão política, para o problema do poder, etc...



O FIM DA GUERRILHA

RESISTÊNCIA — E a repressão ao movimento como foi desencadeada?

Genuíno — Quando estávamos no final da fase de preparação, que incluía as noções básicas de sobrevivência na selva, sendo de direção, treinamento militar, etc. fomos descobertos. No início, o Exército não tinha a consciência de que se preparava uma guerrilha na região. Pensaram que eram apenas alguns militantes foragidos fazendo trabalho político junto à população. Assim, a primeira operação realizada pela repressão, a chamada "operação limpeza", procurou prender todo e qualquer indivíduo suspeito. Nesta aí foi presa muita gente que não tinha nada a ver com guerrilha. Eu fui preso nesta 1ª operação e acompanhei o caso de um outro preso que era procurador do Estado; andava por lá e foi preso como suspeito. O fulano, inclusive, não quis ficar na mesma cela comigo porque me tinha como "terrorista" e tinha muito medo. Mas, no geral, a operação foi um fracasso. Logo após se desencadeou a 2ª operação que envolveu 25 mil homens armados e um grande aparato. Veja só que lidávamos com um Estado moderno, altamente centralizado e violento, o que também não tinha sido levado em conta. Esta segunda operação teve como resultado muitas mortes e prisões, principalmente de camponeses que, nesta altura, já viviam o maior pesadelo de suas vidas. Helicópteros sobrevoando com cadáveres denunciados; as forças de repressão oferecendo, na época, 5 mil cruzeiros por cabeça de guerrilheiro ou pelos seus dedos (para possibilitar a identificação), a propaganda oficial chamando o "povo da mata" — nome como eram conhecidos os guerrilheiros pela população — de terroristas que queriam vender o Brasil para Moscou, e assim por diante... Aquele povo não podia acreditar no que estava vendo. Mas esta segunda operação também não conseguiu exterminar com a guerrilha; fundamentalmente porque os guerrilheiros levavam vantagem pelo conhecimento da mata e o exército não tinha ainda esta experiência. Por fim, veio a terceira operação com a utilização de destacamentos especializados na selva, o uso impressionante de agentes e informantes disfarçados de camponeses que fizeram o mapeamento de toda a região; isto foi em 1973, no exato momento em que a guerrilha saía da mata em busca de contatos com a população. Foi aí que mataram bárbaramente quase que todos os nossos companheiros. Sobraram alguns que, certamente foram mortos logo depois.

Em tudo isto, é fundamental que se preste uma homenagem à luta heróica do Araguaia, a todas aquelas pessoas que fizeram o máximo e que doaram suas vidas pela causa revolucionária. E a melhor maneira de prestar esta homenagem a aqueles companheiros e amigos é, sem dúvida, extrair da experiência todos os ensinamentos políticos possíveis.

Algumas opiniões

sobre o momento político atual

1) "Sou um militante socialista e, para mim, o socialismo que pretendo nada tem a ver com a maioria dos países que se dizem socialistas, mas que na verdade não o são. O socialismo deve ser o sistema que garanta uma vida digna para todos, garantindo oportunidades iguais. O socialismo, para mim, é a única possibilidade de construção de uma vida feliz e com plena liberdade".

2) "Existem hoje, na conjuntura, três projetos: O da burguesia monopolista — que é o projeto do regime —, o da burguesia liberal — que é o da oposição conciliadora, traidora e covarde — e o projeto das oposições operárias e populares".

3) "Luto para que o PT assuma bandeiras mais avançadas, mas tenho claro que o PT não é, nem nunca será, um Partido Revolucionário".

4) "Uma das lutas mais importantes, hoje, é a luta contra a conciliação com o regime. Não à tréguas. Nesta luta, devemos ter propostas globais e não fragmentadas e, fundamentalmente, temos de ir construindo uma alternativa de poder onde a classe operária tenha a direção política".

5) "A tarefa de unificar o movimento de massas foge do âmbito do PT, passando também pela atuação dos segmentos mais avançados do PMDB e PDT".

6) "No combate à crise econômica e aos seus efeitos, o movimento operário e popular deve exigir a revogação do acordo com o FMI, mobilizando amplamente no sentido da denúncia das implicações do acordo firmado. Devemos levantar a bandeira do não pagamento da dívida externa, organizar a luta dos trabalhadores contra o desemprego e a recessão e apontar

sempre para a necessidade da derrubada do regime militar".

7) "No plano das lutas democráticas, cabe aos setores conseqüentes exigir eleições diretas para a presidência da República, bem como exigir a revogação da Lei de Segurança Nacional demarcando com a tese conciliadora da sua 'revisão'".

8) "Existe, hoje, um grande potencial de luta no movimento operário e popular, mas, ao mesmo tempo, um baixo nível de organização e uma quase ausência de propostas conseqüentes. A influência dos setores reformistas nos sindicatos, nas entidades em geral ainda é muito significativa".

9) "A tarefa mais importante que cabe ao PT é assumir uma plataforma política de combate ao regime. Desta questão depende, inclusive, sua construção e implementação".

TRADICIONALISMO E COOPTAÇÃO

Tau Golin (1)

Neste artigo nos propomos a iniciar uma reflexão sobre um tema importante da cultura do Rio Grande do Sul. Buscaremos encaminhar nosso raciocínio para a compreensão do fenômeno da cooptação ideológica de consideráveis segmentos para as raias do tradicionalismo-Nacionalismo. Esta convergência para uma organização cultural que reflete diretamente os interesses das classes dominantes encontra explicação, inicialmente, na mescla ideológica que consegue juntar reflexões do Fascismo e do revolucionismo espontaneísta ao sintetizar uma variação do conceito de "Pátria".

O Fascismo desenvolveu teoricamente conceitos que, articulados na massa, multiplicam emoções e idéias de extremada valorização daquilo que conhecemos como as "nossas coisas". É por isso que a mitologia constitui-se em valoroso instrumental para as práticas de direita. Os heróis absolutos, genéricos e intocáveis estão todos pairando sobre as classes como se não tivessem nenhuma ligação com seus interesses. A patriotada passa a ser o compromisso do dia a dia com "as coisas da nossa terra", sem qualquer questionamento. Por essa razão, a massa — e, dentre ela, pessoas relativamente cultas e até bem posicionadas politicamente — extasia-se nas tarefas de veneração a heróis sangüinários da Guerra do Paraguai, do Uruguai, ou de latifundiários.



Assinalando rapidamente uma questão, gostaríamos de chamar a atenção para uma contradição primária, que se encontra na base deste fenômeno, que é a mistura operada no senso comum entre os conceitos de "liberdade" e "extensão". Ora, os campos dos estancieiros são, na verdade, extensos, mas estão entre cercas e cada coisa possui a sua marca.

Quanto aos espontaneístas, a razão de convergirem para o movimento tradicionalista, "ao natural", advém do fato de imaginarem infantilmente que seja possível colocar um novo conteúdo - genuinamente popular - em uma carcaça estética já solidificada; como se bastasse usar o barro do Rio Grande para fazermos a nossa casa, quando esta matéria já tem sua textura e a planta do rancho já está previamente desenhada.

Desta maneira, também contribuem na mistificação do "popular". Arte popular é exatamente a verdadeira arte de cada época, porém articula-se mediante a herança valio-

sa do passado e, por refletir em forma e conteúdo o presente, encaminha-se através das transformações para o futuro. O desleixo em lidar com estas questões nos coloca todos no cavalo da burguesia, que tem queixo duro e não obedece às rédeas de nossas frágeis mãos. A estética tradicionalista não é uma invenção recente como alguns pensam. Ela possui uma ontologia, uma coerência dinâmica, organicamente composta, amadurecida e até complexa, desenvolvida historicamente desde a metade do século passado.

O Rio Grande do Sul é um estado conquistado militarmente. Inicialmente, tivemos a supremacia e o domínio despótico dos chefes de tropa e capitães gerais que, num período

de transição posterior, perdem a hegemonia para os estancieiros, charqueadores e exportadores. Porém, essa transição se dá relativamente pois, após a normalização da conquista, os primeiros também compõem a oligarquia — com exceção do poder administrativo do capitão-general. Coerentemente, no processo social, cada estancieiro também era um militar, um senhor absoluto, comandante dos núcleos populacionais e dono dos braços trabalhadores da peonada e dos negros escravos. Por isso mesmo, a história do domínio da oligarquia no Rio Grande do Sul são capítulos de despotismo, exploração, espólio, roubo e contrabando.



Ora, em tal sociedade, o movimento cultural só poderia nascer tardiamente, como de fato aconteceu. Os intelectuais da época, em sua totalidade, eram homens das classes intermediárias ou extremamente po-

bres. Os modelos utilizados por eles eram os europeus que transplantaram para o mundo rio-grandense. Por outro lado, entre os intelectuais e a oligarquia se estabeleceu uma troca. Eles, artisticamente, realizavam a apresentação amena da sociedade, executavam a apologia dos valores varonis da oligarquia, mistificavam seus representantes e de cada latifundiário-militar faziam um semideus, pintado geralmente com as cores rebuscadas da mitologia grega. Em troca, recebiam o prestígio, empregos em seções públicas, reconhecimento, convites para sarau; e mesmo propinas, conforme o elogio. Nenhum destes intelectuais, que se organizaram numa sociedade chamada Partenon Literário, buscaram refletir artisticamente as suas próprias origens, as dificuldades da classe e dos segmentos que descendiam. Em suma, a arte era uma mercadoria comprada pela oligarquia, independente das formas de pagamento.

Mais tarde, em 1898, com base no trabalho dos intelectuais do Partenon, o major positivista Cezimbra Jacques fundou o Grêmio Gaúcho, em Porto Alegre, entidade precursora e organizadora do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Nessa época, os intelectuais ligados ao poder já contavam com o embasamento filosófico do positivismo que, conforme seus conceitos adaptados à administração pública, admitia o "progresso" mediante a máxima de "conservar melhorando". A frase "Ordem e Progresso" reflete a melhor síntese daqueles tempos. Todavia, o projeto capitalista admite progresso apenas para a burguesia. Havia um problema; como explicar isso? Então foi necessário valorizar positivamente as coisas do povo, a "sabedoria popular",

através dos seus hábitos e costumes, que sempre se manifestariam como sobrevivências no processo social do capitalismo. Os homens organizados ou não neste trabalho são conhecidos como folcloristas. Aliás, disciplina autônoma movida substancialmente pela metafísica, de resgate de manifestações culturais sem qualquer análise de suas implicações na sociedade. Assim, os folcloristas ligados ao estado insistem na preservação estática da cultura e dos fatos folclóricos, como se fossem peças de museu e não de dinâmica da sociedade.

Encontramos uma explicação parcial nesta estagnação na fundamentação teórica da "sobrevivência" imposta de forma hábil ao conjunto dos artistas. As maneiras de fazer isso são as mais variadas. Principalmente, a inclinação natural pela força da super-produção literária que reproduz tais conceitos. Depois, pelo regulamento dos festivais que monopolizam a cultura delimitando a criação neste campo. Some-se a isso outros instrumentos como a educação, os meios de comunicação, os programas culturais subsidiados pelas classes dominantes, etc... e teremos a idéia de quanto é complexa a sua dimensão.

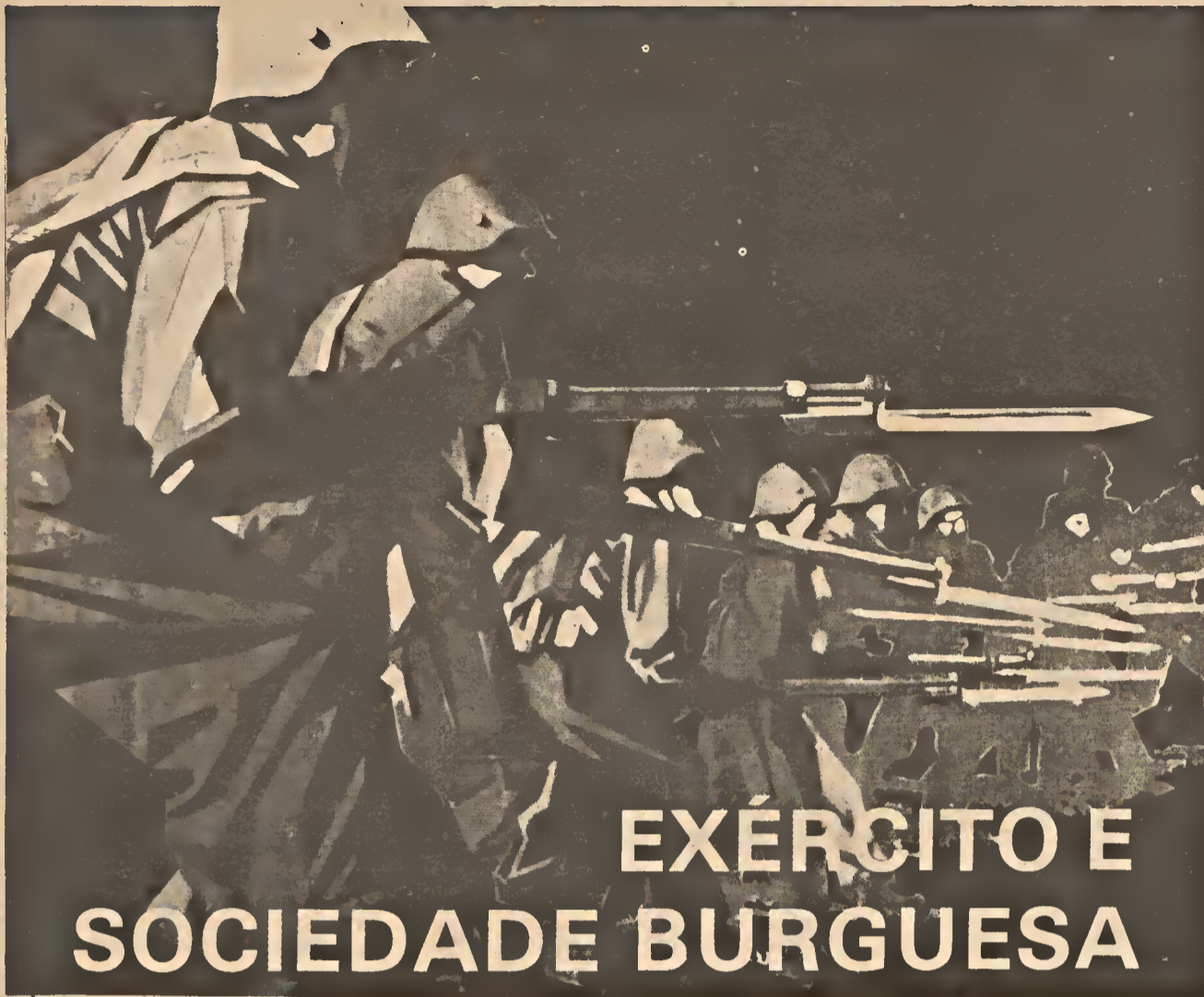
Caso chegarmos a concordar que a arte não é apenas um meio de representação da sociedade, mas também de transformação, automaticamente teremos a idéia de quanto os artistas cooptados pelo tradicionalismo estão distantes disto. A imensa maioria destes artista está vivendo com as questões do pretérito na apologia de "um bom tempo que não volta mais" — e que, na verdade, jamais existiu — Concretamente, estão a quilômetros de articular a arte com as causas do nosso tempo. Sua arte insere-se na história — e a faz — como instrumento das elites.



Por fim, gostaríamos de deixar, a partir destas considerações preliminares, um tema para discussão. ARTE E SOCIEDADE. Não é possível mais entender a arte como algo extra-sociedade. Prefiro entendê-la como uma expressão particularizada do ser humano, que, dependendo de sua forma e conteúdo, pode estar a seu favor ou não. O BELO pode ser apenas uma casca e encobrir vital veneno. A arte lida com a sensibilidade e a consciência; qualquer dominação neste campo leva a resultados funestos para quem, como nós, estamos voltados ao projeto de transformação da sociedade, onde a arte precisa assumir a sua natureza coerentemente impulsionada pela essência do ser humano.

Neste sentido, torna-se fundamental que os artistas reflitam seriamente sobre isso. É impossível que o projeto dos homens para os novos dias — para o tempo livre —, que é tarefa para ser executada com a maior sensibilidade, não diga respeito justamente àqueles que lidam cotidianamente com a emoção.

(1) Tau Golin é escritor santa-mariense, autor de "Cem Léguas de Volta" e "Bento Gonçalves: O Herói Ladrão".



EXÉRCITO E SOCIEDADE BURGUESA

A INSTITUIÇÃO

O Exército, tal como o conhecemos, nasce com o Estado unitário e centralizado e com o ascenso da burguesia. Foi a burguesia que, havendo conquistado o poder político na Revolução Francesa para aumentar seu poder econômico, jogou pela primeira vez todo o peso do exército da luta de classes; primeiro contra as velhas classes dominantes e, depois, entra a classe operária emergente. Foram os exércitos de Cromwell e de Napoleão que sepultaram definitivamente o feudalismo nos países mais avançados da Europa; com o que se operou uma profunda mudança no equilíbrio político destes países, transformando, ao mesmo tempo, o próprio Exército que, de uma força pequena e mercenária, passa a ser composta pelos cidadãos inflamados de fervor religioso e, depois, de patriotismo.

Com a expansão da Revolução Industrial e com as novas funções da burguesia — agora no poder — o Exército passa a ter como principal missão não mais aquela de conteúdo externo, "fazer a guerra", mas sim a de conteúdo interno, de repressão.

O progresso tecnológico ofereceu ao aparato militar perspectiva jamais sonhada. A indústria militar, longe de ser uma força sem importância dentro do processo produtivo, se transformou em parte integrante do mesmo; ao mesmo tempo, a ideologia burguesa incluiu entre as suas tarefas e de racionalização das Forças Armadas. Dizia Comte de modo otimista: A manutenção de um vasto aparato militar nos estados europeus não se deve à possibilidade da guerra, mas sim à necessidade de manter a ordem pública."

A TEORIA MARXISTA

O materialismo histórico realizou algumas introspecções sumamente importantes sobre as relações institucionais entre as Forças Armadas e a sociedade ao longo dos séculos. Ainda que a função primordial das Forças Armadas tenha sido sempre a

organização social da violência contra os inimigos (externos ou internos) da sociedade (ou de parte da sociedade), é certo que as mudanças nos processos produtivos trouxeram alterações significativas no papel das instituições militares na história.

Não se pode negar que nas sociedades pré-capitalistas a organização em tempo de guerra e o Exército se adiantaram ao desenvolvimento. Tampouco se pode negar que, desde a Revolução Industrial, a instituição militar tem fracassado em desempenhar um papel dirigente no desenvolvimento de novos modos de relações sócio-econômicas, atuando, pelo contrário, como força conservadora das relações sociais. Fundamentalmente após a Revolução industrial o papel do Exército, para sempre afastado da produção, passa a ser super-estrutural, ou seja: político. Isto se traduz, internamente, na defesa da classe proprietária dos meios de produção, e, externamente, na efetivação de guerras espoliadoras pela conquista de mercado.

Aquilo que já se podia depreender a partir da análise das instituições militares anteriores ao capitalismo — a pretensa "neutralidade" do Exército que se ergueria como um poder acima das classes sociais, mas que, concretamente, se instituiria como o braço armado da classe dominante — torna-se cristalino com o advento do Exército moderno. E se esta vinculação essencial ainda pode ser disfarçada nos países de democracia liberal clássica, é mesmo visível nos países de capitalismo dependente onde os níveis de militarização do Estado são cada vez maiores.

A questão da "neutralidade" do Exército tem tão pouco sentido como a questão da neutralidade do Estado. O Exército é um instrumento da classe dominante e não um "Estado dentro de outro Estado" como o quiseram muitos liberais bem intencionados. O Estado, como aparato, está formado por um conjunto de meios ideológicos, políticos e militares dos quais se vale a burguesia para exercer seu poder. Neste sentido, o Exército forma parte do Estado e, como ele, está estreitamente ligado à divisão da sociedade em classes e ao domínio de uma delas. O capitalismo desenvolvido dos países centrais, tem possibilidade de se manter na base de uma busca sempre maior do consenso social; sendo o militarismo uma alternativa de reserva para quando faltar este "consenso". Disto se deduz que o Exército é golpista por definição.

O SERVIÇO MILITAR

Para o marxismo, a Revolução socialista não significa apenas uma inversão, uma troca, na relação entre as classes. Ao propor a derrubada da burguesia e o exercício do poder pela classe operária, o marxismo vê claramente a necessidade de se destruir completamente a máquina administrativa-política e militar do Estado burguês para criar um novo Estado, com novas instituições. Assim, a teoria marxista não prevê a existência de Exércitos regulares na sociedade socialista; mas sim propõe o armamento dos trabalhadores e a formação de milícias populares.

Não se pode imaginar um sistema baseado na exploração a não ser se os indivíduos que o integram estão acostumados a não protestar, a aceitá-lo sem questioná-lo radicalmente. O capitalismo necessita de uma força de trabalho, uma força de trabalho marcada por certas relações sociais. Não se aceitaria jamais a hierarquia produtiva se para nós a existência de uma autoridade exterior ao nosso consentimento não fosse um fato culturalmente assumido. O homem adulto aceita determinadas condições de trabalho e de vida em geral porque passou por todo um processo de aprendizagem, graças ao qual sequer imagina um outro tipo de vida. As instituições com as quais o homem não adulto se encontra durante a infância (família, escola, igreja...) são fundamentais para seu desenvolvimento. O serviço militar transmite à saída da escola a mensagem ideológica da classe dominante: obediência, hierarquia, patriotismo, responsabilidade, etc...

O serviço militar prepara, pois, para a aceitação das relações do mundo público e também predispõe à aceitação do status de "homem adulto". A repressão contida em um ano vivido sobre ordens e gritos dos "superiores" influirá enormemente, inclusive, na aceitação automática da família patriarcal e autoritária. A partir de então, todas as repressões serão despejadas no âmbito familiar, único rincão onde o escravo pode ser rei, a custo, naturalmente, do resto dos elementos do grupo familiar (mulher e filhos).

Entre o colégio e a fábrica está o serviço militar, preparação para uma aceitação plena do mundo dos "adultos" em que uns vendem sua força de trabalho e outros a compram em "igualdade de condições". Um estágio muito eficiente para a despersonalização e para a formação de homens submissos no trabalho e autoritários em casa.

Utilizado para a confecção deste texto o n.º 46 da Revista El Veijo Topo.





A Revolução Salvadorenha vista pelo P.C.S. após a profunda auto-crítica que realizou. Texto inédito no Brasil do qual reproduzimos os principais trechos. (1).

O que pensa O PC DE EL SALVADOR

O PODER E O CARÁTER DA REVOLUÇÃO

Na América Latina tiveram lugar duas grandes revoluções: a de Cuba e Nicarágua e em nenhuma delas os Partidos Comunistas estiveram na cabeça. No caso da Nicarágua, a experiência do Partido irmão foi desastrosa, exceto uma parte dele que, desde 1978, se incorporou à luta armada. Estamos convencidos de que a ausência prática de uma clara conduta de luta pelo poder é o fator principal que explica estes resultados...

No Chile, durante o governo de Allende, por exemplo, tanto os participantes da Unidade Popular, como as forças assim chamadas de ultra-esquerdistas, davam uma importância exagerada ao programa econômico e social. Para uns, a chave de toda a questão chilena residia em não ultrapassar os limites do Programa da Unidade Popular; enquanto que, para outros, tudo consistia em radicalizar este programa. Entretanto, ninguém elaborou nem aplicou uma orientação correta para resolver realmente o problema do poder, nem para defender o governo Allende.

Não se pode ir ao Socialismo senão pelo caminho da Revolução democrática anti-imperialista, mas tampouco se consumar a Revolução democrática e anti-imperialista sem ir até o Socialismo. De maneira que entre as duas há um nexo essencial indissolúvel, são facetas de uma só Revolução e não de duas Revoluções.

Não sei de onde surgiu este esquema, mas nosso Partido e me parece que muitos outros partidos comunistas da América Latina, temos trabalhado durante décadas com a idéia de duas Revoluções... Estamos convencidos que, na América Latina, deve haver uma grande luta ideológica para nos livrar de todo este lastro reformista.

Se do que se trata é de que amadurece na América Latina a Revolução Socialista, deve-se arrancar o poder da burguesia; deve-se destruir seu aparato burocrático-militar; isto, nas condições atuais — e será assim por muito tempo — não pode se realizar pela via pacífica. Na América Latina es-

ta tese tem sido comprovada por duas Revoluções armadas triunfantes e pela derrota de dois intentos de consumir a vida pacífica, nos dois países mais democráticos do continente: Chile e Uruguai.

A idéia de um caminho pacífico para a Revolução na América Latina está ligada, a meu juízo, com o reformismo. Na América Latina há muitas forças progressistas; poderia-se pensar que unindo estes setores progressistas se pode, pouco a pouco, ir modificando a essência do Estado, "tomar o poder por partes"... Ora, não se pode realizar a Revolução tomando o poder por cotas; será indispensável, de uma ou outra forma, dismantelar a máquina estatal dos capitalistas e seus amos imperialistas, erigir um novo poder. Nestas condições, é evidente que a via pacífica não é a via da Revolução.

A PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES

A participação do PCS na luta eleitoral foi acertada. A luta eleitoral se converteu, objetivamente, na arena principal da luta política nacional desde 1964. Não participar das eleições significava, de fato, colocar-se bastante à margem da luta política e, também, abandonar as massas ao controle ideológico da burguesia.

É certo que, desde 1970, as organizações revolucionárias armadas, surgidas neste ano, repudiaram a luta eleitoral e se abstiveram de participar dela. Mas também é claro, como reconhecem hoje a maioria destas organizações irmãs, que o crescimento e desenvolvimento da luta armada recebeu muita contribuição proveniente da politização e radicalização das massas a qual contribuiu a participação dos comunistas nas frequentes disputas eleitorais (três eleições presidenciais e seis eleições parlamentares entre 1966 e 1977).

O movimento eleitoral levou a maioria do povo a enfrentar a fraude, a imposição e a repressão e, assim, na prática, não só para nós, mas para as amplas massas — se esgotaram as possibilidades da "via" das eleições para democratizar e transformar o

país. Nós sabíamos que assim ocorreria e ajudamos as massas a realizar a aprendizagem na escola insubstituível de sua própria existência.

ORGANIZAÇÃO DA LUTA ARMADA

Em fevereiro de 77, a Comissão Política do C.C. resolveu realizar a virada de nosso Partido para a luta armada, mas demoramos dois anos para consumá-la. Existiam obstáculos ideológicos — herança reformista — e obstáculos orgânicos para realizar tal proposta.

O principal dos obstáculos orgânicos consistia em que os quadros do Partido não sabiam como organizar a passagem à luta armada, nem como combiná-la com a luta política. Tínhamos uma comissão militar, mas o conjunto do partido não sabia como levar à prática as orientações. Para superar este obstáculo, se abandonou a idéia de que a Comissão Militar é a encarregada de formar um aparato separado do Partido, uma espécie de dispositivo que deve sair de seu misterioso esconderijo e entrar em ação quando chega o momento. A vida demonstrou que, desse modo, não se pode criar tão milagroso mecanismo... Além disso, se a Comissão Militar tivesse conseguido desenvolver este tipo de aparato, teríamos um tremendo problema: geralmente, segundo a experiência de outros Partidos, isto termina com um enfrentamento entre a Comissão Militar e o resto na direção. Na base desta contradição se encontra, sempre, o problema da incapacidade do conjunto do Partido para organizar e dirigir a luta armada quando chega o momento de fazê-la.

Este problema só podia se resolver convertendo o partido em seu conjunto em chefe e executor, não só da luta política, mas também da luta armada... Fizemos com que um número cada vez maior de membros do CC, dos comitês dirigentes e dos militantes do Partido estudassem o problema da luta armada e se exercitassem na arte e técnica militar; não para dedicar todos o aparato militar, mas para praticar a convicção de que a luta armada deve ser organizada e dirigida pelo Partido como um

tudo. O acerto desta orientação se confirmou na prática: nossas forças armadas se multiplicaram muitas vezes e, o que é mais importante, combatem hoje com crescente capacidade e eficácia.

A UNIDADE DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Junto a estes problemas está o problema da unidade das forças da esquerda revolucionária e a atitude dos comunistas com relação às organizações revolucionárias surgidas fora das estruturas de seu partido. É curioso e sintomático que os P.C.s tenham mostrado nos últimos decênios uma grande capacidade de entendimento com os vizinhos do lado direito sem conseguir estabelecer relações estáveis e progressivas com os vizinhos do lado esquerdo... Não há nada de depreciativo na denominação "vizinhos do lado direito". Os comunistas salvadorenos, nos orgulhamos e nos sentimos honrados pela amizade de uma grande parte destes aliados, firmes e consequentemente lutadores pelos ideais democráticos, de independência e progresso social.

Uma correta luta pela unidade da esquerda, impulsionada pelos comunistas, poderia ajudar na correção dos desvios esquerdistas, mas os comunistas não podem cumprir este papel se não corrigem seus próprios desvios de direita, seu reformismo.

Por último, tenho a dizer que o PCS não é o único destacamento do movimento Comunista latino-americano que realiza esta fundamental virada revolucionária.

A Revolução triunfará depois de aprender com seus reveses em nosso Continente que vive hoje uma situação revolucionária que vai se estendendo desde a América Central, epicentro do terremoto que está desmanchando o domínio imperialista, as ditaduras militares e a exploração oligárquica.

(1) Texto de Scharfik Jorge Hándal, secretário geral do PCS. Publicado pela primeira vez em El Salvador na Revista teórica "Fundamentos e Perspectivas", n.º 4.1981.